



RELATÓRIO
E
CONTAS
2017

RELATÓRIO E CONTAS

Estimados Associados,

No cumprimento do disposto na alínea b) do § 1 do artigo 34º dos Estatutos da Associação de S. José, a Direção submete à vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório e Contas do exercício de 2017, documento este que, em conformidade com o disposto na alínea b) do § 1 do artigo 41º dos mesmos Estatutos, vem acompanhado do parecer do Conselho Fiscal.

O documento compreende, nomeadamente:

- O Relatório de gestão;
- As Demonstrações financeiras;
- O Anexo às demonstrações financeiras;
- O Parecer do Conselho Fiscal.

A Associação de S. José é uma pessoa jurídica canónica de natureza pública, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, da educação e a integração comunitária e social, na perspectiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situada, especialmente dos mais pobres.

Os fins e objetivos referidos concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, utilizando os seguintes equipamentos:

- Lar de acolhimento ou Centro de apoio à Vida (CAV);
- Creche;
- Pré-escola;
- Centro de atividades de tempos livres (CATL).

Para a prossecução desses fins a Associação de S. José dispõe, como IPSS, de acordos com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e com o Ministério da Educação, que contribuem para a sua viabilização económica. Conta igualmente com candidaturas a vários programas, como os do IEFP, PEDEP e outros, assim como as participações familiares dos utentes (mensalidades) pelos serviços prestados na Creche, Pré-escola e CATL.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Contexto geral

No ano de 2017, a gestão da ASJ orientou-se pelo cumprimento do Orçamento aprovado pela sua Assembleia Geral, que previa já um resultado negativo superior a 73 000€. No entanto e devido essencialmente a gastos com remunerações de vínculo obrigatório, como o aumento do salário mínimo nacional e a aprovação de um novo contrato colectivo para o sector, aquele valor foi ultrapassado.

De uma forma geral, a atividade da Associação de S. José está dependente dos financiamentos estatais, nomeadamente acordos com o ISS, IP e das mensalidades dos utentes. Tanto uns como outros são insuficientes, como resultado da crise económica ainda não totalmente debelada. Exemplo disso é o CAV que, não dispondo de participações familiares, viu aumentarem os seus gastos com limpeza, higiene e conforto e encargos de saúde com utentes, devido a ter recebido utentes sem qualquer tipo de apoio ou recursos financeiros.

Em julho de 2017 teve início o arrendamento do apartamento anteriormente destinado a apoio ao Lar, facto que não obistou ao aumento do resultado negativo.

Durante o ano de 2017, os trabalhadores da Associação de S. José frequentaram várias acções de formação, tendo ainda participado num Seminário, num Congresso e na Campanha de Recolha do Banco Alimentar. Dois desses trabalhadores frequentaram, a título particular, uma Pós-Graduação em Educação de Infância e um Mestrado em Educação Especial.

Em abril de 2017 realizaram-se eleições para os Órgãos Sociais da Associação de S. José, tendo os elementos eleitos tomado posse em junho seguinte.

Equipamentos

Centro de apoio à Vida

O CAV tem lotação máxima de 22 utentes (11 mães e 11 filhos). Este número está acordado com a Segurança Social que atualmente subsidia com 530,47€ por utente, tendo sido o custo mensal médio de 743,80€ por utente. Como já foi atrás referido não existe qualquer participação por parte dos utentes.

No ano de 2017 deram entrada no CAV 18 utentes (9 mães e 9 filhos) e saíram 21 utentes (9 mães e 12 filhos).

Durante o ano as utentes participaram em diversas atividades, das quais se destacam:

- Programa “Desafia-te...”: ocupação de tempo livre com a apresentação de um desafio mensal proposto com tarefas da vida quotidiana;
- Sessões “Conta Comigo”: parceria ASJ e a Associação Vida Norte;
- *Atelier* de Costura: parceria ASJ e a empresa Gracia & Sofia;
- Natação / Hidroginástica: protocolo com as Piscinas Municipais de Braga;
- Sessões de Capacitação de Temas Diversos, com recurso a voluntários e projetos de estágios curriculares;
- Formação em Contexto Prático: alocação das jovens em diferentes áreas dos serviços prestados pela ASJ (Cozinha, lavandaria, berçário, entre outros).

Creche

A Creche tem lotação máxima de 50 utentes. Este número está acordado com a Segurança Social que subsidia atualmente com 258,91€ por utente. A mensalidade média por utente durante o ano de 2017 foi de 71,53€, tendo o custo mensal médio sido de 345,50€.

No ano de 2017 entraram na Creche 28 crianças e saíram 26.

Durante o ano foram realizadas várias atividades, destacando-se as seguintes:

- Passeios ao centro da cidade;
- Assistir a peças de teatro;
- Cascata de S. João no colégio;
- Visita ao Museu dos Biscainhos;
- Piscina no colégio;
- Visita à Quinta Pedagógica;
- Assistir a um mini concerto;
- Atividade musical de violino;
- Atividade musical de viola.

Pré-escola

A Pré-escola tem lotação máxima de 57 utentes, número que está acordado com a Segurança Social que subsidia atualmente com 62,93€ por utente e o Ministério da Educação com 111,25€, perfazendo 174,18€. No entanto, a lotação máxima não tem sido atingida, nestes últimos anos, pelo que o subsídio é reduzido em função das vagas. A mensalidade média por utente durante o ano de 2017 foi de 85,38€, tendo o custo mensal médio sido de 371,20€.

No ano de 2017 entraram na Pré-escola 24 crianças e saíram 23.

Durante o ano foram realizadas várias atividades, entre as quais:

- Exploração do ciclo da água;
- Participação no Desfile de Carnaval;
- Ida ao cinema;
- Assistir a peças de teatro;
- Participação no Cortejo da Braga Romana;
- Cascata de S. João no colégio;
- Atividades aquáticas na piscina das Parretas;
- Deslocação à praia de Ofir;
- Desfolhada na Quinta Pedagógica;
- Visita à Braga Barroca;
- Visita ao Instituto de Nanotecnologia;
- Visita ao Mercado Municipal;
- Desfolhada no Museu dos Biscainhos;
- Participação no Magusto da Câmara Municipal de Braga;
- Encontro com o escritor Pedro Seromenho;
- Espetáculo de ilusionismo;
- Assistir ao Circo Malabares;
- Assistir ao Musical “O Livro Mágico”;
- Atividade musical de violino.

Centro de atividades de tempos livres

O CATL tem lotação máxima de 30 utentes. Não tem acordo de cooperação com a Segurança Social. A mensalidade média por utente durante o ano de 2017 foi de 40,54€, tendo o custo mensal médio sido de 117,00€.

No ano de 2017 entrou no CATL 1 criança e saíram 3.

Durante o ano foram realizadas várias atividades, das quais se destacam:

- Cursos de informática;
- *Atelier* de trabalhos manuais;
- Atividade “Brincar na Filosofia” na Biblioteca LCS;
- *Workshop* de chocolate;
- *Atelier* de culinária;
- Visita ao Quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga
- Assistir a peças de teatro;

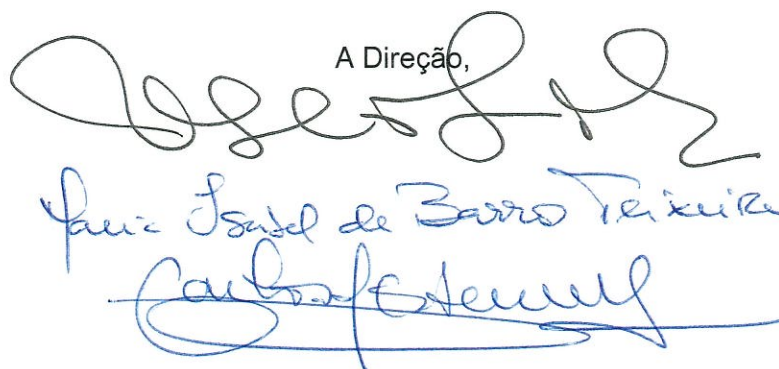
- *Atelier* de expressão plástica;
- Cascata de S. João no colégio;
- Visita ao Museu dos Biscainhos;
- Atividades aquáticas na piscina das Parretas;
- Idas ao cinema;
- Deslocação à praia de Ofir;
- Almoço no *MacDonald's*;
- Ida ao *Bowling*;
- Pic-nic na Praia Fluvial de Prado;
- Aula de loga para crianças;
- Cursos de robótica;
- Assistir ao Circo Malabares;
- Assistir ao Musical “O Livro Mágico”;
- Atividade musical de violino.

Proposta

Face ao que antecede, a Direção propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2017;
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de -82 109,75 euros para a conta de “Resultados transitados”.

A Direção,



Rui Isabel de Barros Teixeira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço

Em 31 de dezembro de 2017

Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 655 375,06	1 686 772,49
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	100,47
Investimentos financeiros		96 264,51	100 228,46
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		1 751 639,57	1 787 101,42
Ativo corrente			
Inventários		653,98	624,18
Clientes e utentes		2 235,29	660,20
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		989,64	10 311,92
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		1 451,49	2 469,38
Diferimentos		2 211,01	2 047,46
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		1 102 979,28	1 143 630,98
Outros		0,00	0,00
		1 110 520,69	1 159 744,12
Total do Ativo		2 862 160,26	2 946 845,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		135 861,73	135 861,73
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		71 424,17	71 424,17
Resultados transitados		2 642 625,26	2 713 575,76
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-82 109,75	-70 950,50
Total do fundo de capital		2 767 801,41	2 849 911,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		6 134,97	11 020,25
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		20 542,57	20 273,89
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		67 681,31	65 640,24
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		94 358,85	96 934,38
Total do Passivo		94 358,85	96 934,38
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2 862 160,26	2 946 845,54

Demonstração dos Resultados por Natureza

Período findo em 31 de dezembro de 2017

Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		120.325,99	109.624,52
Subsídios, doações e legados à exploração		420.563,04	412.217,70
ISS, IP - Centros Distritais		413.198,88	410.921,70
Outros		7.364,16	1.296,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-39.053,06	-35.849,99
Fornecimentos e serviços externos		-87.638,42	-91.426,83
Gastos com o pessoal		-485.203,39	-456.041,63
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		25.029,97	19.022,53
Outros gastos e perdas		-2.149,01	-987,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-48.124,88	-43.441,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-36.833,32	-38.222,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-84.958,20	-81.664,06
Juros e rendimentos similares obtidos		2.911,86	10.713,62
Juros e gastos similares suportados		-63,41	-0,06
Resultados antes de impostos		-82.109,75	-70.950,50
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-82.109,75	-70.950,50

VALÊNCIAS - RESULTADOS POR NATUREZA

DESIGNAÇÃO	VALÊNCIAS				
	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	A.T.L.	C.A.V.	
Nº médio de utentes:	50	57	30	22	
Nº médio de funcionários:	12	8	3	7	
RENDIMENTOS E GASTOS					TOTAIS
Vendas e serviços prestados	45.952,30	55.138,97	19.234,72		120.325,99
Subsídios, doações e legados à exploração	155.346,00	125.172,96	0,00	140.044,08	420.563,04
ISS, IP - Centros Distritais	155.346,00	117.808,80		140.044,08	413.198,88
Outros		7.364,16			7.364,16
Variação nos inventários da produção					0,00
Trabalhos para a própria entidade					0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-9.763,27	-12.692,24	-976,33	-15.621,22	-39.053,06
Fornecimentos e serviços externos	-19.116,04	-30.295,10	-4.960,14	-33.267,14	-87.638,42
Gastos com pessoal	-160.600,66	-160.523,31	-32.415,42	-131.664,00	-485.203,39
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)					0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)					0,00
Provisões (aumentos/reduções)					0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)					0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)					0,00
Aumentos/reduções de justo valor					0,00
Outros rendimentos e ganhos	3.727,23	4.768,68	949,71	15.584,35	25.029,97
Outros gastos e perdas	-537,25	-640,72	-251,78	-719,26	-2.149,01
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15.008,31	-19.070,76	-18.419,24	-25.643,19	-48.124,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9.208,34	-11.970,83	-920,81	-14.733,34	-36.833,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.799,97	-31.041,59	-19.340,05	-40.376,53	-84.958,21
Juros e rendimentos similares obtidos	727,97	727,97	727,94	727,98	2.911,86
Juros e gastos similares suportados	-0,01			-63,40	-63,41
Resultados antes de impostos	6.527,93	-30.313,62	-18.612,11	-39.711,95	-82.109,75
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período	6.527,93	-30.313,62	-18.612,11	-39.711,95	-82.109,75

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2017	2016	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		118 750,90	109 875,12	8,08%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-119 084,45	-115 232,15	3,34%
Pagamentos ao pessoal		-478 759,93	-450 585,13	6,25%
Caixa gerada pelas operações		-479 093,48	-455 942,16	5,08%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		451 424,09	494 757,17	-8,76%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-27 669,39	38 815,01	-171,29%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-602,99	-88 855,77	-99,32%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		4 084,04	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		336,64	0,00	#DIV/0!
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		3 817,69	-88 855,77	104,30%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-23 851,70	-50 040,76	0,00%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		39 850,98	89 891,74	-55,67%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		15 999,28	39 850,98	-59,85%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação de S. José, com sede na Rua Tenente-Coronel Dias Pereira, 31, em Braga, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral da Segurança Social, sob o nº 40/81, em 30/06/1981, que tem como objeto estatutário promover o bem-estar e qualidade da vida das pessoas, famílias e comunidades, utilizando os seguintes equipamentos:

- Lar de acolhimento ou Centro de Apoio à Vida (CAV), denominado “Lar de S. José”;
- Creche, Pré-escola e Centro de atividades de tempos livres.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na elaboração das presentes contas são comparáveis com os do exercício anterior.

3 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da ASJ, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

O critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta é o custo histórico. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para utilização, e só para aqueles que estejam a ser utilizados, pelo método da linha reta.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 3 e 6 anos

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	3 anos

Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários - Matérias-primas

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de

aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário periódico.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estão isentas do imposto:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários. Bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Uma vez que os rendimentos da Associação de S. José se inserem nos referidos no n.º 3 do art.º 10.º do CIRC, está isenta do imposto sobre o rendimento.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes

critérios:

Utentes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos utentes e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de turno, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da ASJ.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta;

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, estão desenvolvidas no seguinte quadro:

Ano: 2017

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Euro

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outro	
Quantia escriturada bruta inicial	4,99	2 291 293,05	60 616,46	40 663,56	128 687,92	709,79	2 521 975,77
Da qual quantia dispendida "Em curso"							0,00
Depreciações acumuladas iniciais		608 260,71	59 834,91	40 663,56	125 734,31	709,79	835 203,28
Perdas por imparidade acumuladas iniciais							0,00
Quantia escriturada líquida inicial	4,99	1 683 032,34	781,55	0,00	2 953,61	0,00	1 686 772,49
Adições							
Dispêndios em curso							0,00
Trabalhos para a própria entidade							0,00
Acréscimos por revalorização							0,00
Outras		4 732,43	543,00		59,99		5 335,42
Total das adições	0,00	4 732,43	543,00	0,00	59,99	0,00	5 335,42
Diminuições							
Depreciações		34 208,00	686,94		1 837,91		36 732,85
Perdas por imparidade							0,00
Alienações							0,00
Abates							0,00
Outras							0,00
Total das diminuições	0,00	34 208,00	686,94	0,00	1 837,91	0,00	36 732,85
Quantia escriturada líquida final	4,99	1 653 556,77	637,61	0,00	1 175,69	0,00	1 655 375,06

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

- a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.
- b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Ano: 2017

ATIVOS INTANGÍVEIS						Euro
	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros	Total
Quantia bruta inicial: com vida útil finita			3 525,90			3 525,90
Quantia bruta inicial: com vida útil indefinida						0,00
Da qual quantia dispendida "Em curso"						0,00
Amortizações acumuladas iniciais			3 425,43			3 425,43
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						0,00
Quantia escriturada líquida inicial	0,00	0,00	100,47	0,00	0,00	100,47
Adições						
Dispendios em curso						0,00
Trabalhos para a própria entidade						0,00
Acréscimos por revalorização						0,00
Outras						0,00
Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições						
Amortizações			100,47			100,47
Perdas por imparidade						0,00
Alienações						0,00
Abates						0,00
Outras						0,00
Total das diminuições	0,00	0,00	100,47	0,00	0,00	100,47
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 – LOCAÇÕES

Não existem situações desta natureza.

7 – CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não existem situações desta natureza.

8 – INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição que inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o periódico.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	2017		2016		<i>Euro</i>
	Mercadorias vendidas	Matérias consumidas	Mercadorias vendidas	Matérias consumidas	
Existências iniciais	0,00	624,18	0,00	663,46	
Compras	0,00	25 719,47	0,00	23 859,06	
Autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regularização de existências	0,00	13 363,39	0,00	11 951,65	
Existências finais	0,00	653,98	0,00	624,18	
Custos no exercício	0,00	39 053,06	0,00	35 849,99	

9 – RÉDITOS

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante os períodos de 2017 e 2016:

RÉDITOS

Rubricas	2017		2016		Variação face aos réditos reconhecidos no ano anterior	<i>Euro</i>
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos		
Vendas						
Prestação de serviços:	120.325,99	96,14%	109.624,52	91,10%	9,76%	
Mensalidades	120.325,99	96,14%	109.624,52	91,10%	9,76%	
Quotas e jóias						
Promoções para captação de recursos						
Rendimentos de patrocinadores e colaborações						
Rendas em ativos fixos tangíveis	1.920,00	1,53%				
Royalties						
Juros e rendimentos similares obtidos	2.911,86	2,33%	10.713,62	8,90%	-72,82%	
Dividendos						
Total	125.157,85		120.338,14		4,01%	

10 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem situações desta natureza.

11 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

Os subsídios e outros apoios são divulgados quando existe segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e de que serão recebidos.

Subsídios à exploração

Ano: 2017

	Quantia reconhecida em resultados	Valor recebido	Por receber	Valor total do subsídio
Instituto de Segurança Social, IP	413 198,88	413 198,88	0,00	413 198,88
Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP	7 364,16	7 364,16	0,00	7 364,16
Total	420 563,04	420 563,04	0,00	420 563,04

Euro

12 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não existem situações desta natureza.

13 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Não existem situações desta natureza.

14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes, utentes e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	Ativos financeiros mensurados ao custo		Variação
	2017	2016	
Ativos			
Utentes	2 235,29	660,20	238,58%
Créditos a receber	1 451,49	2 469,38	-41,22%
Outros ativos correntes			
Total do Ativo	3 686,78	3 129,58	17,80%
Passivos			
Fornecedores	6 134,97	11 020,25	-44,33%
Outros passivos correntes	67 681,31	65 640,24	3,11%
Total do Passivo	73 816,28	76 660,49	-3,71%
Total líquido	-70 129,50	-73 530,91	-4,63%

Euro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Caixa” e “Depósitos bancários” apresentava a seguinte decomposição:

Euro

Descrição	2017	2016	%
Caixa e depósitos bancários			
Caixa	1.241,94	1.312,14	-5,35%
Depósitos à ordem	14.757,34	38.538,84	-61,71%
Depósitos a prazo	1.086.980,00	1.103.780,00	-1,52%
Total líquido	1.102.979,28	1.143.630,98	-3,55%

15 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Euro

Descrição	2017	2016	%
Remunerações dos órgãos sociais			
Encargos sobre remunerações dos órgãos sociais			
Outros gastos			
Remunerações do pessoal	397.078,71	374.628,23	5,99%
Encargos sobre remunerações do pessoal	84.069,97	78.082,94	7,67%
Outros gastos	4.054,71	3.330,46	21,75%
Total líquido	485.203,39	456.041,63	6,39%

A rubrica “Outros gastos” inclui gastos com a medicina no trabalho, formação e seguro de acidentes de trabalho.

16 – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos “Fundos patrimoniais” apresentava a seguinte decomposição:

Euro

Fundos Patrimoniais	2017	2016	%
Fundos	135 861,73	135 861,73	0,00%
Resultados transitados	2 642 625,26	2 713 575,76	-2,61%
Reservas	71 424,17	71 424,17	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	
Resultado líquido do período	-82 109,75	-70 950,50	15,73%
Total	2 767 801,41	2 849 911,16	-2,88%

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO


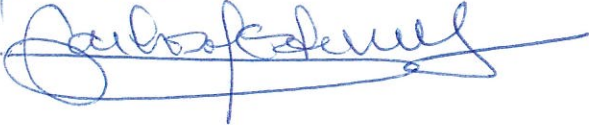
Após a data do Balanço, não temos conhecimento que tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 13 de março de 2018.

O Contabilista Certificado
nº 85178,



A Direção,


Hauz Isidél de Barros Teixeira


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto na alínea b) do § 1 do artigo 41º dos Estatutos da Associação de S. José, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2017, elaborado pela Direção.

1. O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a gestão da Associação de S. José.
2. No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal contou com todo o apoio e colaboração da Associação de S. José, do Contabilista Certificado e dos Serviços Administrativos, na disponibilização de toda a informação que considerou necessária para o exercício das suas funções.
3. As Demonstrações Financeiras da Associação de S. José, relativas a 2017, apresentadas pela Direção, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).
4. Na sequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório e Contas de 2017, apresentado pela Direção, divulga de forma abrangente e transparente as atividades desenvolvidas pela Associação de S. José e, igualmente, que as Demonstrações Financeiras respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequadas à compreensão da sua situação financeira. Em face do exposto, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Relatório e Contas de 2017 da Associação de S. José, propondo a sua aprovação bem como a aprovação da proposta da Direção de aplicação dos resultados líquidos de 2017.

Braga, 20 de março de 2018

O Conselho Fiscal,

João Luís Rodrigues Fernandes
Paulo Serun. de Itela
João Filipe Ribeiro Novais